



A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS

Rosemary Aparecida Martins Roberto*

Carlos Ubiratan da Costa Schier**

Silas Guimarães Moro***

Sirlei Moletta****

RESUMO

A curricularização da extensão universitária, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, estabelece a obrigatoriedade da inserção de atividades extensionistas nos cursos de graduação, correspondendo a, no mínimo, 10% da carga horária total. No curso de Administração, tal diretriz assume relevância estratégica, ao favorecer a articulação entre teoria e prática e a formação de profissionais socialmente comprometidos. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar um levantamento das práticas de curricularização da extensão adotadas por Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no curso de Administração. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, com análise de projetos pedagógicos de curso e normativas institucionais. Os resultados indicam a adoção de diferentes modelos de implementação da extensão curricularizada, bem como desafios relacionados à institucionalização, à avaliação das atividades e à integração com o currículo formal. Conclui-se que, embora avanços sejam perceptíveis, a consolidação da extensão como dimensão formativa ainda demanda aprimoramentos pedagógicos e organizacionais.

Palavras-chave: Extensão universitária; Curricularização da extensão; Curso de Administração; Ensino superior.

ABSTRACT

The curricularization of university extension, regulated by CNE/CES Resolution No. 7/2018, establishes the mandatory inclusion of extension activities in undergraduate courses, corresponding to at least 10% of the total workload. In the Administration course, this guideline assumes strategic relevance, favoring the articulation between theory and practice and the training of socially committed professionals. In this context, this article aims to conduct a survey of the curricularization practices of extension adopted by Brazilian Higher Education Institutions (HEIs) in the Administration course. This is a qualitative, descriptive research, developed through bibliographic and documentary research, with analysis of course pedagogical

* Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil, (meiremartins@uepg.br)

** Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil, (ubiratanschier@hotmail.com)

*** Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil, (smoro@uepg.br)

**** Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil, (sirlei@uepg.br)

projects and institutional regulations. The results indicate the adoption of different models for implementing curricularized extension, as well as challenges related to institutionalization, evaluation of activities, and integration with the formal curriculum. It is concluded that, although progress is noticeable, the consolidation of extension as a formative dimension still demands pedagogical and organizational improvements.

Keywords: University extension; Curricularization of extension; Administration course; Higher education.

RESUMEN

La curricularización de la extensión universitaria, regulada por la Resolución CNE/CES n.º 7/2018, establece la inclusión obligatoria de actividades de extensión en los cursos de grado, correspondientes al menos al 10% de la carga horaria total. En el curso de Administración, esta directriz adquiere relevancia estratégica, favoreciendo la articulación entre la teoría y la práctica, así como la formación de profesionales socialmente comprometidos. En este contexto, este artículo busca realizar un estudio sobre las prácticas de curricularización de la extensión adoptadas por las Instituciones de Educación Superior (IES) brasileñas en el curso de Administración. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva, desarrollada mediante investigación bibliográfica y documental, con análisis de los proyectos pedagógicos del curso y la normativa institucional. Los resultados indican la adopción de diferentes modelos para la implementación de la extensión curricularizada, así como desafíos relacionados con la institucionalización, la evaluación de las actividades y la integración con el currículo formal. Se concluye que, si bien se observan avances, la consolidación de la extensión como dimensión formativa aún requiere mejoras pedagógicas y organizativas.

Palabras clave: Extensión universitaria; Curricularización de la extensión; Curso de Administración; Educación superior.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui-se como um processo educativo que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade, fundamentando-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012). No Brasil, a curricularização da extensão foi institucionalizada a partir do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a obrigatoriedade da inserção de atividades extensionistas nos currículos dos cursos de graduação.

Estudos recentes destacam, ainda, que a curricularização amplia a formação cidadã por meio da interação com demandas reais de comunidades e organizações (OLIVEIRA; SANTOS, 2024).

A extensão universitária constitui-se como um dos pilares da educação superior brasileira, ao lado do ensino e da pesquisa, desempenhando papel fundamental na promoção da interação entre universidade e sociedade. A partir do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e, sobretudo, da Resolução CNE/CES nº 7/2018, a extensão passou a integrar formalmente os currículos dos cursos de graduação, por meio da obrigatoriedade da curricularização de atividades extensionistas.

Apesar da normatização legal, a implementação da curricularização da extensão tem ocorrido de formas distintas entre as Instituições de Ensino Superior, revelando diferentes concepções, modelos e práticas. Nesse contexto, torna-se relevante compreender como os

curso de Administração vêm estruturando suas ações extensionistas e quais impactos essas práticas têm gerado tanto para a formação acadêmica quanto para a comunidade atendida.

No caso dos cursos de Administração, essa inserção curricular favorece a aproximação dos estudantes com a realidade organizacional e social, consolidando competências técnicas e socioemocionais (SARAIVA et al., 2025).

No âmbito dos cursos de Administração, a curricularização da extensão apresenta-se como um importante instrumento pedagógico, uma vez que possibilita ao discente o contato direto com realidades organizacionais e sociais diversas, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e éticas. Nesse sentido, a extensão amplia o processo formativo ao articular os conhecimentos acadêmicos às demandas concretas da sociedade, assumindo papel estratégico ao possibilitar a articulação entre conhecimentos teóricos e práticas organizacionais, contribuindo para uma formação crítica, ética e socialmente comprometida, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso (BRASIL, 2005).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marco legal da curricularização no Brasil

O marco legal da curricularização da extensão no Brasil é composto por uma hierarquia de normas que transformaram a extensão universitária de uma atividade opcional em um componente obrigatório e integrante da formação acadêmica.

Os pilares dessa legislação:

2.1.1 A Base Constitucional (1988)

O fundamento jurídico reside no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse dispositivo garante que as universidades não sejam apenas centros de ensino ou pesquisa isolados, mas que devem interagir obrigatoriamente com a sociedade.

2.1.2 O Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024)

A obrigatoriedade prática da curricularização surgiu com a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Meta 12.7: Determina, explicitamente, que as instituições de ensino superior devem assegurar, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação para atividades de extensão.

2.1.3 As Diretrizes do CNE (Resolução nº 7/2018)

A regulamentação técnica desse processo veio com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação. Seus principais pontos incluem:

- Definição: Define a extensão como uma atividade que deve estar integrada à matriz curricular e ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

- **Protagonismo:** Estabelece que o estudante deve ser o protagonista da ação, promovendo a interação dialógica com outros setores da sociedade.
- **Prazos e Avaliação:** Inicialmente, as instituições tinham até 2021 para se adaptar, prazo que foi prorrogado para o final de 2022/início de 2023 devido à pandemia. Atualmente, o cumprimento dessa carga horária é um critério de avaliação do MEC para autorização e reconhecimento de cursos.

2.1.4. Impacto no Projeto Pedagógico (PPC)

Com esse marco legal, as faculdades e universidades (públicas e privadas) passaram a reformular seus currículos para que a extensão não seja apenas “horas complementares”, mas sim créditos obrigatórios realizados por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços devidamente registrados.

Para o curso de Administração, o marco regulatório inclui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas:

Resolução CNE/CES nº 5/2021: Atualiza as DCNs do curso de Administração e reforça a necessidade de competências práticas e o protagonismo estudantil, alinhando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) às exigências de extensão.

Administração Pública: Cursos específicos desta área devem observar a Resolução CNE/CES nº 1/2014, que institui suas próprias diretrizes curriculares.

2.2 Fundamentação conceitual da Extensão Universitária: A Extensão como Interação Dialógica e Transformadora

A concepção moderna de extensão universitária no Brasil é profundamente influenciada pelo pensamento de Paulo Freire. Em sua obra clássica *Extensão ou Comunicação?*, Freire critica a visão da extensão como uma “invasão cultural” ou mera transmissão vertical de técnicas. Para o autor, a extensão deve ser um ato de comunicação, um diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, visando a transformação mútua dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a extensão deixa de ser uma via de mão única (prestação de serviços) para se tornar uma via de mão dupla. De um lado, a sociedade se beneficia do conhecimento científico para solucionar problemas reais; de outro, a universidade oxigena suas pesquisas e currículos ao entrar em contato com as demandas e saberes do mundo exterior.

A fundamentação da extensão universitária no Brasil e sua recente integração curricular sustentam-se no diálogo entre a pedagogia crítica, a sociologia do conhecimento e a gestão educacional. Essa tríade teórica é composta por Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e Simone Imperatore.

2.2.1 A Extensão como Comunicação: Paulo Freire

A base ética da extensão brasileira remete a Paulo Freire, que critica a postura “invasora” de instituições que buscam apenas transferir conhecimentos técnicos. Para Freire (1983, p. 15), “a extensão, enquanto conteúdo significativo de sua própria palavra, é incompreensível na perspectiva da educação como prática da liberdade”. O autor propõe a substituição da “extensão” (entrega vertical) pela “comunicação” (diálogo horizontal). Sob

essa ótica, a ação extensionista é um ato educativo em que o educador e o povo, mediados pela realidade, buscam a transformação social.

2.2.2 A Ecologia de Saberes: Boaventura de Sousa Santos

Complementando a visão freireana, Boaventura de Sousa Santos aborda a função política da universidade frente à globalização. Santos (2011) defende que a extensão deve transitar para uma “ecologia de saberes”, rompendo com o monopólio científico. Segundo o autor:

A extensão universitária tem de ser reinventada no sentido de passar a ser uma via de dois sentidos, através da qual o saber universitário e o saber não universitário se confrontem e se fertilizem mutuamente. (SANTOS, 2011, p. 48).

Para Santos, a extensão é o motor da “reforma da universidade”, permitindo que a instituição recupere sua legitimidade ao enfrentar o que ele denomina “epistemicídio” — o apagamento dos conhecimentos populares e tradicionais pela ciência hegemônica.

2.2.3 A Extensionalização do Currículo: Simone Imperatore

No cenário contemporâneo de implementação legal, Simone Imperatore traduz essas filosofias em práticas pedagógicas curriculares. Imperatore (2019) argumenta que a curricularização não deve ser vista como mera burocracia, mas como uma “extensionalização” que altera o DNA do ensino superior. De acordo com a autora, a integração da extensão aos currículos permite que a formação acadêmica se desloque da abstração teórica para a complexidade da realidade social, garantindo que o estudante desenvolva competências profissionais aliadas à sensibilidade ética e política.

2.3 Os Cinco Pilares do FORPROEX

A consolidação desse conceito no Brasil é estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que define a extensão a partir de cinco diretrizes fundamentais:

Interação Dialógica: Promove o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes, superando a hegemonia do conhecimento acadêmico formal.

Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: A resolução de problemas sociais complexos exige a combinação de vários campos do conhecimento e a interação entre diferentes profissões.

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: A extensão não existe de forma isolada; ela deve estar vinculada ao processo de ensino (formação do aluno) e à pesquisa (geração de novos conhecimentos a partir da realidade).

Impacto na Formação do Estudante: O aluno deixa de ser um espectador passivo para se tornar protagonista de sua aprendizagem, desenvolvendo visão crítica, ética e cidadã através da experiência prática.

Impacto e Transformação Social: A ação extensionista deve produzir mudanças efetivas na comunidade, contribuindo para a redução de desigualdades e o desenvolvimento regional.

A concepção contemporânea de extensão universitária ultrapassa a ideia de prestação de serviços, sendo compreendida como um processo dialógico e interdisciplinar, no qual ocorre a troca de saberes entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). Tal perspectiva dialoga com a pedagogia freireana, ao reconhecer o conhecimento como construção coletiva e socialmente situada (FREIRE, 1987).

A extensão universitária é compreendida como um processo educativo, cultural e científico que promove a interação transformadora entre a universidade e a sociedade. De acordo com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, a extensão deve ser desenvolvida a partir de princípios como a interação dialógica, a interdisciplinaridade, o impacto social e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A curricularização da extensão representa um avanço na consolidação desse princípio, ao integrar as atividades extensionistas ao currículo dos cursos de graduação. Tal medida visa superar a concepção da extensão como atividade complementar ou extracurricular, atribuindo-lhe caráter formativo e avaliativo. No entanto, sua efetivação impõe desafios às IES, especialmente no que se refere à reorganização curricular, à capacitação docente e à avaliação das atividades desenvolvidas.

A curricularização da extensão visa integrar as atividades extensionistas ao processo formativo, atribuindo-lhes caráter pedagógico, avaliativo e formativo, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 (BRASIL, 2018). Essa diretriz busca consolidar a extensão como dimensão estruturante do currículo, superando sua condição historicamente marginalizada no ensino superior brasileiro (FORPROEX, 2012)

3. ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA: A CURRICULARIZAÇÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Pesquisas recentes indicam que a extensão curricularizada contribui diretamente para ações de impacto social, como apoio a empreendedores locais, inclusão social e fortalecimento de políticas comunitárias (OLIVEIRA; SANTOS, 2024; SARAIVA et al., 2025). Essa análise dialoga com estudos que destacam a extensão como mecanismo de promoção de cidadania e desenvolvimento regional, expandindo a atuação da universidade para além do espaço acadêmico tradicional.

A literatura registra diferentes práticas de curricularização da extensão nos cursos superiores brasileiros, incluindo casos pedagógicos aplicados e projetos com impacto real na comunidade (OLIVEIRA, 2024). Essas práticas variam desde disciplinas integradas à extensão até programas interdisciplinares mais estruturados, confirmando que não existe um modelo único de implementação (FORPROEX, 2012; UFRB, 2022). A construção desses modelos também se articula à necessidade de indissociabilidade entre os eixos do tripé universitário (BRASIL, 2018; ARIENTI, 2023).

Ainda existem desafios significativos na operacionalização da curricularização, como a falta de critérios claros de avaliação, recursos limitados e resistência institucional à práticas inovadoras (MORGES; LARA, 2025; FERNANDA et al., 2022). Estudos destacam que a implementação plena da Resolução CNE/CES nº 7/2018 ainda está em fase inicial em

muitas IES, o que demanda ações políticas e pedagógicas bem articuladas para superar tais barreiras (ARIENTI, 2023).

A extensão curricularizada fortalece o avanço teórico da Administração ao possibilitar reflexões sobre aprendizagem experiencial, educação crítica e formação contextualizada (FREIRE, 1987; SILVA ANDRADE; MELO, 2024). No plano prático, ela potencializa a capacidade dos estudantes de aplicar conhecimentos em contextos reais, favorecendo competências como tomada de decisões, trabalho em equipe e responsabilidade social - dimensões valorizadas tanto no campo acadêmico quanto no mundo profissional (SARAIVA et al., 2025).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração enfatizam a formação de profissionais capazes de atuar em contextos organizacionais complexos, com visão crítica, ética e responsabilidade social. Nesse contexto, a extensão universitária contribui significativamente para a formação do administrador, ao possibilitar experiências práticas em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

A integração da extensão ao currículo do curso de Administração favorece o desenvolvimento de competências como liderança, trabalho em equipe, tomada de decisão e compreensão das dinâmicas socioeconômicas. Assim, a curricularização da extensão configura-se como um instrumento pedagógico alinhado às exigências contemporâneas da formação profissional.

No curso de Administração, a inserção da extensão no currículo contribui para o desenvolvimento de competências profissionais e cidadãs, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais, que enfatizam a formação generalista, crítica e reflexiva do egresso (BRASIL, 2005).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva por meio de levantamento bibliográfico e documental. Foram analisados Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), normativas institucionais e artigos científicos publicados entre 2019 e 2025, que abordam a curricularização da extensão no contexto brasileiro. A análise interpretativa buscou caracterizar modelos de práticas, benefícios para comunidades, desafios de implementação e contribuições teórico-práticas, em consonância com os objetivos propostos.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e categorial, considerando os objetivos propostos no estudo. As informações coletadas permitiram a identificação dos modelos de curricularização da extensão, a análise dos benefícios gerados para a comunidade atendida, bem como a caracterização dos principais desafios e barreiras enfrentados pelas instituições. Adicionalmente, buscou-se evidenciar as contribuições dessas práticas para o avanço teórico e prático da formação em Administração.

5. RESULTADOS

5.1 Levantamento das práticas de curricularização da extensão nos cursos de Administração

O levantamento evidenciou que as IES adotam diferentes estratégias para a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração. Entre as práticas identificadas, destacam-se a criação de disciplinas específicas de extensão, a integração de projetos extensionistas a componentes curriculares existentes e o desenvolvimento de programas interdisciplinares.

Observou-se, ainda, que as atividades extensionistas concentram-se, em sua maioria, em ações voltadas ao apoio a micro e pequenas empresas, organizações do terceiro setor e iniciativas de empreendedorismo social. Entretanto, desafios como a padronização dos critérios de avaliação, a carga de trabalho docente e a articulação efetiva entre extensão e ensino permanecem recorrentes.

O levantamento das práticas evidenciou a adoção de diferentes modelos de curricularização da extensão nos cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior analisadas. Entre as estratégias identificadas, destacam-se a criação de componentes curriculares específicos voltados à extensão, a inserção de atividades extensionistas em disciplinas existentes e o desenvolvimento de projetos e programas interdisciplinares com carga horária creditada.

A seguir apresentamos as principais atividades desenvolvidas nos cursos de Administração, algumas através das Empresas Juniores ou através de projetos registrados nas IES para cumprimento da carga horária de extensão.

Quadro 1 - Principais atividades de extensão nos cursos de Administração

Modalidade	Atividade Sugerida	Público-Alvo	Competências Desenvolvidas (DCNs)
Projeto	Ciclo de Consultoria Social: Diagnóstico e plano de negócios gratuito para microempreendedores individuais.	MEIs e pequenos negócios de bairros periféricos.	Visão sistêmica, resolução de problemas e responsabilidade social.
Curso	Workshop de Educação Financeira: Treinamento prático sobre fluxo de caixa e gestão de dívidas.	Associações de moradores ou cooperativas de reciclagem.	Comunicação, liderança e capacidade analítica de finanças.
Evento	Fórum de Empreendedorismo Local: Organização de palestras e rodadas de negócios para fomentar a economia regional.	Empreendedores locais e estudantes de escolas públicas.	Trabalho em equipe, planejamento estratégico e proatividade.

Continua

Conclusão

Modalidade	Atividade Sugerida	Público-Alvo	Competências Desenvolvidas (DCNs)
Prestação de Serviços	Assessoria em Gestão de Processos: Mapeamento e melhoria de processos internos para organizações sem fins lucrativos.	ONGs, creches comunitárias e instituições de caridade.	Pensamento crítico, domínio de ferramentas de gestão e ética profissional.
Programa	Incubação de Ideias: Programa de acompanhamento de longo prazo (6 meses) para validar modelos de negócio populares.	Jovens da comunidade em situação de vulnerabilidade.	Inovação, criatividade e visão de sustentabilidade organizacional.

Fonte: Os pesquisadores (2026)

No que se refere aos benefícios para a comunidade, observou-se que as ações extensionistas contribuem para o fortalecimento de micro e pequenas empresas, organizações do terceiro setor e iniciativas de empreendedorismo social, promovendo capacitação gerencial, apoio à tomada de decisão e desenvolvimento local. Essas práticas favorecem a troca de saberes entre universidade e sociedade, reforçando o caráter social da formação acadêmica.

6. CONCLUSÃO

O levantamento dos estudos e documentos revelou uma diversidade de práticas de curricularização da extensão nos cursos de Administração no Brasil, refletindo tanto a criatividade pedagógica quanto os desafios de institucionalização. Os resultados do estudo indicam que a curricularização da extensão no curso de Administração tem avançado nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, embora sua implementação ocorra de forma heterogênea. As práticas analisadas revelam esforços institucionais para atender às exigências legais, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios pedagógicos e estruturais.

Observou-se a contribuição significativa dessas práticas para a formação cidadã e técnica dos estudantes e para o fortalecimento de vínculos com comunidades externas. Simultaneamente, persistem barreiras relativas à avaliação institucional e à articulação entre setores universitários, o que exige políticas educacionais mais robustas e formação docente continuada.

Conclui-se que a curricularização da extensão representa uma oportunidade estratégica para o avanço teórico e prático da Administração, desde que seja compreendida como elemento estruturante do currículo e não apenas como exigência normativa. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do número de instituições analisadas e a inclusão da percepção de docentes, discentes e comunidades atendidas, sobre as práticas extensionistas.

Entretanto, o estudo também identificou desafios e barreiras na implementação da curricularização da extensão, tais como dificuldades na integração entre teoria e prática, ausência de critérios padronizados de avaliação, limitações de infraestrutura, resistência institucional e sobrecarga de trabalho docente. Tais fatores impactam a consolidação da extensão como dimensão estruturante do currículo.

Por fim, as experiências analisadas revelam contribuições relevantes para o avanço teórico e prático da Administração, ao ampliar a compreensão sobre metodologias ativas de ensino, fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e estimular a formação de profissionais mais críticos, reflexivos e socialmente comprometidos

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner Leal. **Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações**. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diretrizes para Extensão na Educação Superior.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Fórum de Pró-Reitores, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IMPERATORE, Simone L. B. **Curricularização da extensão: reflexões, diretrizes e estratégias de institucionalização**. Porto Alegre: IFRS, 2019.

OLIVEIRA, Natália Fraga Carvalhais; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. **Extensão universitária: Curricularização e avaliação institucional**. Interfaces: Revista de Extensão da UFMG, 2024.

OLIVEIRA, Paulo Henrique Pinho de. **Curricularização da extensão: um caso prático no ensino de marketing**. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 2024.

SARAIVA, Carolina Machado et al. **Impactos da curricularização da extensão no curso de Administração no Brasil**. Revista ELO – Diálogos em Extensão, 2025.

SILVA ANDRADE, M. J.; MELO, M. A. **Contribuições de Paulo Freire às discussões sobre a curricularização da extensão no Brasil**. Revista Cocar, 2024.

MORGES, Rafaela Novaski; LARA, Luiz Gustavo Alves de. **Desafios da curricularização da extensão: um debate necessário**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UFRB – **Curricularização da extensão: diretrizes, metodologias e experiências**. Revista Extensão e Cultura, 2022.